



O jornalismo e as fontes no processo de construção da realidade: um estudo da cobertura sobre segurança pública no jornal “O Povo” entre 2011 e 2013

Journalism and its sources in the process of reality construction: a study on how “O Povo” newspaper covered public security issues between 2011 and 2013

Raíssa Benevides Veloso¹

Francisco Paulo Jamil Marques²

RESUMO Ao Partindo do pressuposto de que o Jornalismo colabora no processo de construção da realidade, o objetivo do artigo é examinar os modos pelos quais o jornal O Povo, de Fortaleza, abordou a questão da Segurança Pública durante a gestão do governador do Ceará, Cid Gomes – mais especificamente, entre os anos de 2011 e 2013. A hipótese que guia a seção empírica é a seguinte: as perspectivas das fontes oficiais são privilegiadas na cobertura cotidiana do jornal O Povo sobre Segurança Pública. O corpus empírico, composto por 25 notícias e reportagens, destaca matérias que consideraram as fontes ligadas ao Poder Executivo a fim de verificar se (e em que medida) as versões das autoridades são questionadas pela empresa ou por seus profissionais. Por meio da Análise de Conteúdo, é possível apontar que, não obstante a importância conferida ao tema por parte do jornal, os materiais publicados pouco se aprofundam nos problemas relacionados à Segurança Pública e, assim, de maneira geral, acabam se limitando às declarações oficiais. **PALAVRAS-CHAVE** Jornalismo Impresso. Teorias do Jornalismo. Políticas Públicas. Segurança Pública.

ABSTRACT Once the Journalism is one of the main agents responsible for building social reality, this article has as objective to examine how the newspaper O Povo covered the issue “Public Security” between 2011 and 2013, when Cid Gomes served as Ceará’s State Governor. Our hypothesis is that the points of view stated by official sources are privileged in the daily coverage of the newspaper O Povo on Public Security. The empirical corpus is composed of 25 informative articles which privileged the Executive Power as the main source. Our intention is to investigate whether (and to what extent) the official versions are questioned by the newspapers or by its journalists. Through content analysis, it is possible to point out that the coverage is regularly limited to the statements offered by state authorities. **KEYWORDS** Brazilian Press. Journalism Theories. Public Policies. Public Safety.

¹ Jornalista. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) (UFC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE). Atuou como bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: raisset@gmail.com.

² Professor e Pesquisador da UFPR. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), com Pós-Doutorado em Comunicação Social (UFMG). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2). E-mail: marquesjamil@gmail.com. Site: <https://ufpr.academia.edu/marquesjamil>.

INTRODUÇÃO

É curioso observar que, não obstante ter uma história permeada por conflitos violentos (MELO, 2005; ZALUAR, 1999), a sociedade brasileira só passa a perceber a violência urbana como uma questão social e como um problema de polícia nos primórdios do século XX, quando se intensificam o processo de industrialização e o crescimento de cidades importantes (OLIVEN, 2010). Décadas depois, já durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a violência passou a ser compreendida como uma questão de interesse público não somente por conta de suas causas, vítimas e efeitos, mas, também, quando foi problematizado o papel do Estado e da qualidade das políticas públicas brasileiras (ZALUAR, 1999). É mais exatamente a partir dos anos 1990 que diferentes setores (inclusive os *media*) passam a discutir a violência urbana como um problema social, produzindo-se investigações mais aprofundadas acerca do tema da Segurança Pública (RAMOS; PAIVA, 2007).

A maior quantidade de trabalhos dedicados a entender a questão da violência em suas mais diferentes manifestações acabou por tornar tal conceito mais complexo. Sodré (2006), por exemplo, propõe duas perspectivas ao definir o termo: (a) violência invisível, que se atém, por exemplo, à ineficiência do Estado e dos órgãos burocráticos enquanto prestadores de serviços públicos (educação, distribuição de renda etc.); e a (b) violência visível, “entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, e que pode eventualmente dar lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado” (SODRÉ, 2006, p. 16).

Esta última abordagem abrigaria os atos concernentes ao que é comumente chamado de “violência urbana” – e, por conseguinte, exerce um papel fundamental ao delimitar o escopo sobre o qual, deliberadamente, as políticas de Segurança Pública se debruçam. Em outras palavras, as diretrizes brasileiras da área de segurança ainda se restringem, em boa parte, à violência visível e direta, o que as impele a tentar diminuir o problema através do uso da força física, atacando-se mais as consequências do que as causas da questão (SOARES, 2006).

Os modos pelos quais a cobertura jornalística lida com o tema da Segurança Pública e da violência têm sido objeto de reflexão tanto no âmbito das pesquisas em Comunicação, quanto nos estudos dedicados à Sociologia. Um consenso entre os autores das duas áreas é o de que o Jornalismo desempenha o papel fundamental de interlocutor entre, de um lado, os fatos e seus significados sociais e, de outro, as respostas dadas pelas autoridades por meio da



elaboração de políticas (PORTO, 2009; SÓLIO, 2010). Nesse contexto, é legítimo questionar: de que maneira o Jornalismo tem se posicionado frente ao crescimento do debate sobre a violência e a Segurança Pública no Brasil contemporâneo? Como os órgãos jornalísticos contribuem para a elaboração das percepções que os cidadãos têm sobre a violência? Quais perspectivas e quais atores predominam na cobertura acerca das políticas de Segurança Pública? Ao tomar tais perguntas como ponto de partida, investiga-se de que forma o jornal impresso *O Povo* abordou a temática da Segurança durante a gestão de Cid Gomes (abrangendo-se os anos compreendidos entre 2011 e 2013) à frente do Governo do Estado do Ceará. Mesmo que o problema da violência chame a atenção da imprensa e das autoridades no plano nacional, a ideia é compreender peculiaridades do Jornalismo local no que se refere à cobertura sobre a atuação do Governo do Estado na referida área.

O interesse por estudar a relação entre Jornalismo e Segurança Pública tem origem nas diversas manifestações publicadas em jornais cearenses que evidenciaram um clima generalizado de insatisfação com os índices de criminalidade no estado. Sendo alvo constante de críticas por parte da oposição, a área de Segurança Pública foi considerada pelo próprio Cid Gomes como “o maior incômodo do Ceará”¹. No dia 9 de maio de 2014, o então governador assinou artigo no *O Povo* admitindo que os resultados esperados para a área não foram alcançados². Com o objetivo de (1) examinar os modos pelos quais o jornal *O Povo* abordou a questão da Segurança Pública durante a gestão de Cid Gomes e (2) de investigar o papel das fontes oficiais na cobertura empreendida pelo periódico em tela, o artigo, de início, aborda a atividade jornalística como agente que integra o processo de construção da realidade social. Em seguida, são debatidas as relações entre Jornalismo e Segurança Pública. Por último, o trabalho apresenta a análise empírica e a discussão dos resultados.

O JORNALISMO COMO AGENTE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Parte dos investigadores da área de Comunicação defende que, quanto menor o envolvimento direto que as pessoas têm com determinado acontecimento, maior seria a dependência que elas teriam da comunicação de massa para a obtenção de informações e aquisição de cenários interpretativos (GOMES, 2004; WOLF, 2005). Estudiosos a exemplo

¹ Disponível em <<http://goo.gl/8NXSsq>>. Acesso em 24 out. 2015.

² Disponível em <<http://goo.gl/4CNgfX>>. Acesso em 24 out. 2015.

de Wolton (1996), Traquina (2005) e Charaudeau (2013) argumentam que ler jornais ou assistir televisão permite, por exemplo, que a audiência tenha a oportunidade de se inserir socialmente e de compartilhar problemas coletivamente vivenciados.

Lippmann (1922) é um dos pioneiros a defender a ideia de que a percepção dos indivíduos sobre a realidade não se dá de maneira direta; ela seria, na verdade, fruto de uma mediação resultante de imagens e impressões que os cidadãos formam a partir da obtenção de informações midiáticas. Kovach e Rosenstiel (2004), por sua vez, afirmam que as imagens mentais elaboradas a partir da influência dos *media* seriam distorcidas e incompletas, tanto pela parcialidade destes, quanto pela capacidade limitada do público em apreender “a verdade”.

Nesse contexto, verifica-se que as Teorias do Jornalismo mais sofisticadas têm rejeitado, com maior vigor, a noção dos *media* como simples “espelho da realidade”, uma vez que a comunicação de massa atua na construção das representações que elaboramos sobre o mundo (THOMPSON, 1998; TUCHMAN, 1972 e 1978). É nesse sentido que, mesmo se esforçando para atender a uma exigência do *habitus* profissional de atuar com objetividade e imparcialidade (BARROS FILHO, 1995), e seguindo determinadas rotinas de produção (BOURDIEU, 1997; CORREIA, 2004; MARQUES, MIOLA e SIEBRA, 2014), os profissionais e as empresas do ramo sabem que as impressões da audiência sobre os fenômenos sociais envolvem tanto as experiências vividas pelos indivíduos, quanto os relatos que chegam até estes (MICHAUD, 1989). O Jornalismo, então, colabora para que a audiência reconheça fatos e acontecimentos como integrantes da cultura de uma sociedade (MELO, 2005).

Ainda que seu escopo de ação se dê a partir de métodos padronizados de apuração e de escrita, o jornalista é responsável por um projeto de fala (CHARAUDEAU, 2013, p. 95). É importante salientar, portanto, que a busca pela objetividade não decorre da crença ingênua do profissional em alcançar uma realidade “pura”, mas do pressuposto de que algo relatado só pode ser considerado verdadeiro se, em alguma medida, for demonstrável por meio de métodos pré-estabelecidos (ALBUQUERQUE, 2000, p. 14). Na mesma linha de raciocínio, seria no cumprimento dos padrões de objetividade que os jornalistas alcançariam a reivindicada legitimidade social (BARROS FILHO, 1995; FAUSTO NETO, 2006; MOTTA, 2013).

Em resumo, compreender a atividade jornalística é, antes de tudo, segundo Bourdieu (1997), compreender os parâmetros implicados, de um lado, na posição política e na cultura organizacional do órgão de imprensa e, de outro, na posição que o profissional ocupa no



espaço do jornal (isso implica levar em conta não apenas o agendamento do tema ou a categorização e a hierarquização dos fatos, mas a própria adjetivação dos sujeitos envolvidos nas tramas narradas). Ademais, as interações dos agentes da imprensa com fontes externas ao campo do Jornalismo são variáveis fundamentais para entender o processo de construção de uma realidade específica por parte de cada jornal.

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NA PAUTA MIDIÁTICA

Se os assuntos relacionados à temática da violência e das políticas de Segurança Pública são do interesse da audiência, apresentam-se, conseqüentemente, como portadores de alto valor-notícia (SILVA, 2005; GUERRA, 2014). Nesse sentido, há autores que afirmam que parte relevante da imprensa (a variação decorre, dentre outros fatores, do tipo de público e da proposta editorial da empresa) explora o assunto de forma sensacionalista e buscando meramente atrair visibilidade por meio do grotesco (PORTO, 2002). A maior exposição da temática nos *media* reforçaria, assim, uma esfera de espetacularização do real e de banalização da violência cotidiana (SÓLIO, 2010; PASTANA, 2007; PORTO, 2002; SODRÉ, 2006).

Não há consenso, nos trabalhos dedicados a examinar a interface entre mídia e violência, acerca dos efeitos da divulgação de crimes de diversas ordens³. Não é possível determinar de modo exato, por exemplo, se as 7 horas diárias de programas policiais transmitidos nas emissoras de televisão cearenses (INTERVOZES, 2015) colaboram com o aumento dos índices de criminalidade ou quais seriam as conseqüências de tais produtos sobre a “percepção de segurança” refletida pelos espectadores. “Embora quase todos estejam prontos para admitir a existência dessa relação, não se consegue demonstrá-la, pela própria complexidade envolvida” (PORTO, 2009, p. 227). É importante, contudo, entender que, além de atuarem como um canal de transmissão, os *media* consistem de instituições que adotam posturas editoriais responsáveis por direcionar o teor daquilo que é oferecido à audiência (MONT’ALVERNE e MARQUES, 2015). Em outras palavras, mais do que um mero instrumento, o Jornalismo, quando colabora na construção da realidade social, organizando-se empresarialmente e mercadologicamente – e a violência seria “uma mercadoria que vende e vende bem” (PORTO, 2002, p. 165).

³ Para uma boa revisão sobre o tema, ver Njaine e Minayo (2004), que propuseram uma revisão bibliográfica sobre as pesquisas que abordam a relação existente entre violência e mídia e os efeitos sobre o público infanto-juvenil.

Discordando da noção de que a pauta violência é lucrativa, porém, Ramos e Paiva (2007) argumentam que a abordagem da violência urbana por parte dos jornais brasileiros vem se alterando desde a década de 1980. De acordo com as autoras, as matérias jornalísticas, que antes se concentravam no episódio do crime (caracterizando o tradicional jornalismo policial), ganharam ares de debate público e, desse modo, passaram a ser cada vez mais frequentes notícias e reportagens sobre o tema “Segurança Pública” (RAMOS; PAIVA, 2007). Christofolletti (2008) concorda ao afirmar que, hoje em dia,

... mesmo distante dos níveis ideais, essa fatia do jornalismo [que cobre violência e Segurança Pública] oferece um noticiário mais profissionalizado que há três ou quatro décadas, por exemplo. Houve um tempo em que as redações recebiam relatos vindos diretamente das delegacias, cujos textos eram redigidos por policiais que se ofereciam aquela tarefa.

Mas o diagnóstico não é consensual: Eugenio Bucci, por sua vez, afirma que houve “um relaxamento nos limites do jornalismo e do entretenimento mundial no que diz respeito à violência. A morte real tornou-se um recurso que requer menos cerimônia da parte dos programadores” (2001, p. 70). A partir da segunda metade dos anos 1990, alguns jornais deixaram, inclusive, de produzir páginas destinadas unicamente às ocorrências policiais e passaram a discutir o fenômeno da violência em outras editorias, como Cidades ou Política. O Jornal do Brasil (JB), inclusive, criou uma editoria específica sobre Segurança Pública depois dos frequentes ataques realizados pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006, reservando equipe e espaço para tratar do tema (RAMOS; PAIVA, 2007).

Ramos e Paiva (2007), ademais, consideram o fim da editoria de Polícia em alguns jornais um ponto positivo, já que tal mudança de postura (a) possibilita ao jornalista associar a cobertura sobre Segurança Pública com temas paralelos (precariedade na oferta de serviços sociais em áreas periféricas, por exemplo) e (b) exige maior informação e preparação do profissional, desfazendo o estereótipo do repórter que somente transitaria pelas delegacias (RAMOS; PAIVA, 2007). Fica mais proeminente, assim, o papel do Jornalismo como agente essencial no debate sobre o tema da Segurança. Se é verdade que a imprensa estabelece relações ambíguas ao cobrir a questão, seja construindo a sensação de que vivemos uma época de barbárie (PORTO, 2009) ou articulando ações com os órgãos de Segurança Pública e do Sistema de Justiça, o fato é que, mais recentemente, tem havido uma postura mais efetiva de cobrança do poder público (RAMOS; PAIVA, 2007).



Em casos como o massacre do Carandiru, em São Paulo (1992), das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, no Rio de Janeiro (1993), das mortes no Morro da Providência (2004) e, mais recentemente, do desaparecimento do auxiliar de pedreiro Amarildo, no Rio de Janeiro (2013), boa parte da cobertura exigiu dos agentes públicos a prestação de satisfações à opinião pública.



Figura 1 - Capa do jornal O Globo em 3 de outubro de 2013.

Fonte: Capa do Jornal O Globo (edição de 03 de outubro de 2013).

Tendo discutido, ainda que de maneira breve, a interface mantida entre Jornalismo, Violência e Segurança Pública, parte-se para a análise empírica da cobertura do jornal O Povo sobre a questão, destacando-se o foco que a cobertura conferiu ao Poder Executivo, a suas ações e a seus agentes. Acredita-se que tal abordagem permitirá refletir sobre a importância do processo de seleção das fontes por parte do Jornalismo enquanto mecanismo legitimador das autoridades e das perspectivas por elas defendida.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Antes de dar início ao detalhamento sobre o corpus empírico e sobre as estratégias metodológicas e de passar à análise propriamente dita, pede-se licença para, brevemente, contextualizar as gestões de Cid Gomes à frente do governo do estado e a trajetória do jornal O Povo.

Os governos de Cid Gomes

As vitórias de Cid Ferreira Gomes – atualmente filiado ao PDT – para o governo do Ceará, nos anos de 2006 e de 2010, não podem ser entendidas como circunstanciais na história do estado. Em uma rápida contextualização das últimas cinco décadas de poder político em tal unidade da federação, é possível perceber como o Ceará saiu da chamada “Era dos Coronéis” (1962-1986) e passou pela “Era das Mudanças” (1987-2002), até chegar à gestão de oito anos de Cid (2007-2014). Rejane Carvalho (2008) defendeu que poucas foram as marcas distintivas entre o primeiro mandato de Cid e os mandatos liderados por Tasso Jereissati (de 1987 a 1991 e de 1995 a 2002), do PSDB. Desde sua primeira gestão, Gomes enfrentou problemas na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Projetos tidos como inovadores, a exemplo do Ronda do Quarteirão⁴, proposto ainda na campanha de 2006 (SOUSA, 2013), enfrentaram problemas agudos ao serem implementados e passaram por reformulações que, de acordo com as próprias fontes oficiais, não atingiram os resultados esperados. Em 2010, Cid foi eleito para um segundo mandato à frente do Executivo estadual, vencendo em primeiro turno com 62,31% dos votos. Assim como aconteceu nas eleições de 2006, a área de Segurança Pública foi novamente apontada pelo então candidato como prioridade.

Entre 29 de dezembro de 2011 e 3 de janeiro de 2012, com o anúncio da greve da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (que paralisou as forças estaduais de segurança (MONTE, 2015)), o governador enfrentou a maior crise na área durante seus mandatos. No dia 11 de abril de 2014, a pouco menos de oito meses para o fim de seu segundo governo, Cid Gomes admitiu, em discurso oficial, que o problema da violência se tornou “o maior incômodo do Ceará”⁵. De fato, a pesquisa CNI/Ibope revelou, à época, que 55% dos entrevistados apontavam a Segurança Pública como uma das áreas de pior desempenho do governo do estado⁶.

O jornal do Povo

⁴ De acordo com Lopes e Brasil (2008, p. 2), o projeto do Ronda do Quarteirão “trata-se da recuperação do sistema de segurança pública no Ceará que inclui uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva a partir da polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade”.

⁵ “Violência é o maior incômodo, diz Cid”, jornal O Povo, 11 abr. 2014. Disponível em <<http://goo.gl/8NXSsq>>. Acesso em 24 out. 2015.

⁶ “Saúde, segurança pública e água são demandas recorrentes”, jornal O Povo, 15 dez. 2013. Disponível em <<http://goo.gl/QU36Mu>>. Acesso em 24 out. 2015.



O jornal O Povo é o periódico mais antigo em circulação no estado do Ceará, tendo sido fundado em 1928 por Demócrito Rocha. Até hoje, a administração da empresa está sob responsabilidade da mesma família. Dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) referentes ao ano de 2014 apontavam que O Povo estava na 46ª posição entre os impressos com maior circulação no país, com média diária entre impressos e acessos em meio digital de 20.748 exemplares⁷.

Apesar de ter usado por muito tempo o slogan “O jornal das multidões”, O Povo alcança, principalmente, leitores das classes A e B, com faixa etária de 35 anos ou mais (SENA *et al*, 2008). Além disso, a publicação circula somente em Fortaleza, o que, segundo Demócrito Dummar Filho, atual vice-presidente da empresa, ocorre por questão de custo-benefício (SENA *et al*, 2008).

O jornal O Povo não possui uma editoria destinada exclusivamente à cobertura policial: geralmente, os casos de violência, quando noticiados, são publicados no caderno Cotidiano. Ressalte-se, todavia, que, a partir de janeiro de 2014, o periódico passou a publicar uma coluna semanal a fim de discutir o tema “Segurança Pública”⁸. Tal postura editorial da empresa justifica a escolha de O Povo como objeto de análise, na medida em que o jornal propõe uma cobertura diferenciada, investindo, em princípio, na abordagem do assunto a partir do debate sobre a efetividade das políticas públicas – e não através do mero acompanhamento de episódios policiais.

Corpus empírico e estratégias metodológicas

A partir do recorte centrado nas matérias publicadas pelo referido jornal, pretende-se verificar a hipótese abaixo:

H1: As perspectivas das fontes oficiais são privilegiadas na cobertura cotidiana do jornal O Povo sobre Segurança Pública. Ou seja, se parece natural que o Jornalismo dê visibilidade à voz das autoridades a fim de que exponham suas visões, acredita-se que o jornal vai além ao enfatizar o que é defendido pelos agentes oficiais.

O *corpus* empírico deste trabalho é composto por 25 notícias e reportagens publicadas na versão impressa do jornal O Povo entre os anos de 2011 e 2013, correspondendo, portanto,

⁷ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 20 fev. 2016.

⁸ Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/colunas/segurancapublica/>>. Acesso em 24 out. 2015

a praticamente todo o segundo mandato do governador Cid Gomes. Decidiu-se não incluir o ano de 2014 na análise, uma vez que investigar um ano eleitoral poderia alterar a compreensão sobre a regularidade da cobertura que envolve agentes do campo político.

A seleção da amostra se deu por meio de uma pesquisa de termos indexados no próprio Banco de Dados de O Povo (visita de campo). Optou-se por excluir pequenos textos (como as notas) e capturar apenas matérias que passaram pela indexação dos bibliotecários contratados pela empresa jornalística. Faz-se necessário esclarecer, então, que a indexação é fruto de um processo humano de categorização das conteúdos, podendo já ser considerado um critério preliminar de seleção para delimitar a amostra de interesse desta pesquisa.

A busca no Banco de Dados do O Povo foi feita pela utilização dos termos “Segurança Pública” e “Ceará”: ambos deveriam constar nas matérias pesquisadas. Como o foco da análise é a cobertura de O Povo através do conteúdo informativo/noticioso, foram excluídos os textos de caráter opinativo, como editoriais e artigos.

Para construir um *corpus* possível de ser examinado nos limites de um artigo, fez-se a opção pela composição de um “ano artificial”. Em outras palavras, de forma a evitar induzir a escolha deliberada das notícias e reportagens que seriam analisadas, foram selecionadas matérias de quatro meses de cada ano, alternadamente, como mostra a Tabela.

MÊS	ANO
Janeiro	2011
Fevereiro	2012
Março	2013
Abril	2011
Maiο	2012
Junho	2013
Julho	2011
Agosto	2012
Setembro	2013
Outubro	2011
Novembro	2012
Dezembro	2013

Tabela 1 – Composição do ano “artificial”

Fonte: Elaboração própria



A metodologia de pesquisa utilizada foi a Análise de Conteúdo (AC) (FARAGO; FOFONCA, 2012). O exame qualitativo se volta para a obtenção de dados descritivos que possam conduzir a uma interpretação sobre determinado fenômeno da realidade social (NEVES, 1996). Como forma de melhor sistematizar o conteúdo a ser analisado, as notícias e reportagens selecionadas foram cuidadosamente categorizadas após uma leitura inicial do material coletado. Tal classificação se deu através da utilização de um parâmetro principal: a identificação das fontes utilizadas nas matérias. O objetivo foi perceber, a partir da natureza dos agentes privilegiados pelo jornal, qual abordagem foi conferida ao tema. Assim, analisa-se o conteúdo ao mesmo tempo em que se percebe o contexto, as interações entre os agentes e os quadros interpretativos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Sabe-se que, no discurso jornalístico tradicional, as versões oficiais tendem a predominar e, quando há controvérsia, promove-se uma polarização das visões sobre as questões em pauta (MIOLA, 2012). No trabalho aqui analisado, ressalta-se que é possível identificar com clareza (muitas vezes, já pelo título) que cada texto possui uma ênfase a direcionar o leitor a conhecer as versões privilegiadas por determinadas fontes.

Dessa forma, a categoria escolhida para ser investigada em detalhes neste artigo se refere às matérias que trouxeram como fontes principais agentes do Poder Executivo estadual. Quer-se compreender de que maneira as vozes e as versões defendidas por atores oficiais são apresentadas pelo material jornalístico que integra a amostra. Em outras palavras, integram o *corpus* analisado aquelas notícias e reportagens que apresentam como vozes mais relevantes aquelas de representantes do Poder Executivo, sendo as mais comuns a do Governador Cid Gomes e a do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social no referido período. O levantamento no Banco de Dados apontou um total de 25 matérias classificadas em tal categoria (as coordenadas⁹ que apareceram em uma mesma página de um conteúdo principal foram consideradas, juntamente ao principal, como um texto só).

Conforme se poderá perceber na seção a seguir, nem sempre as matérias são analisadas em ordem cronológica de publicação, mas, sim, de acordo com a lógica argumentativa utilizada pelo jornal e por seus profissionais. Acredita-se que tal procedimento propicia uma observação mais organizada dos quadros interpretativos sugeridos por O Povo. Por último, por limitações

⁹ Matéria coordenada é um texto curto que acompanha uma notícia ou reportagem principal. Geralmente, tem como objetivo aprofundar ou esclarecer algum aspecto abordado na notícia/reportagem.

de espaço, nem todos os 25 textos que compõe o *corpus* têm trechos transcritos durante a análise do material (mesmo que tenham sido analisados individualmente), sendo citadas textualmente somente aquelas passagens mais relevantes para ilustrar as inferências sobre a cobertura do jornal.

ANÁLISE DO *CORPUS* EMPÍRICO

A primeira matéria examinada, cuja publicação ocorreu em 5 de janeiro de 2011, tem como título “Secretário assume e diz que desafio ‘não é impossível’”. O texto destaca a mudança na gestão da SSPDS, já que, à época, Cid Gomes estava começando o segundo mandato como governador e resolveu substituir alguns integrantes da própria equipe. Foi o caso do titular da Secretaria em questão: o delegado da Polícia Federal Roberto Monteiro foi exonerado e substituído pelo coronel Francisco Bezerra. O jornal enfatiza a mudança de perfil dos secretários: ao contrário do antigo gestor, apontado como o responsável por levar adiante uma “política de Direitos Humanos”, o novo nomeado é coronel da Polícia Militar e apresentaria um viés mais voltado para a atuação policial ostensiva (Jornal O Povo, 5 jan. 2011). O jornal evidencia a renovação da “cúpula da segurança pública no Ceará” ao empregar expressões a exemplo de “aposta” e “perfil mais operacional” [da nova equipe]. Ainda na primeira notícia do ano sobre o tema, O Povo trata a gestão da Segurança Pública no estado como um “grande desafio”, apresentando os índices de homicídios mais recentes em comparação ao ano anterior.

Em matéria do dia 7 de janeiro de 2011, o jornal reproduz o discurso do novo secretário, que destaca o “combate ao tráfico” como uma de suas prioridades – mesmo sem apresentar estratégias de atuação mais precisas, o que não é questionado na notícia (Jornal O Povo, 7 jan. 2011). As notícias e reportagens com ênfase no Executivo vão se intercalando e abordam os mais variados temas relacionados à Segurança Pública. Sobre as armas de fogo em posse de civis, por exemplo, O Povo compara (na matéria intitulada “Por que tanta arma nas ruas?”, de 19 jan. 2011) a política de apreensão de armas da SSPDS a “enxugar o gelo”. Para legitimar tal visão, emprega-se a fala de Roberto Monteiro, primeiro secretário de Segurança Pública a tomar posse durante o primeiro mandato de Cid, que se disse “impressionado” com a

¹⁵ Matéria disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140808_gaza_jovem_mes_kb. <acesso 07 março 2016>. Sobre a preocupação israelense acerca deste número de nascimentos, ver: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/01/01/why-demographics-are-still-a-concern-for-some-israeli-jews/> <Acesso 01 março 2016>.



quantidade de armas apreendidas em sua gestão.

“Toda semana assinei portarias, até duas vezes por semana, dessas premiações de soldados por apreensão de armas. Eu disse pra mim ‘meu Deus, que tanta arma é essa?’ Não foram poucas apreensões, o que não significou ter brecado a matança por arma de fogo. (Jornal O Povo, 19 jan. 2011).

Em outro excerto dessa mesma reportagem, o jornal dá visibilidade a dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública para inferir que mais armas nas ruas significariam mais violência. O texto jornalístico apresenta também números que mostram o aumento na quantidade de armamento e munição apreendida, o panorama da circulação de armas de fogo no Brasil e expõe, ainda, a crítica de um pesquisador da ONG Viva Rio ao governo do estado sobre transparência em relação aos dados de apreensões. Talvez por fazer parte de uma série de reportagens, a matéria aborda a temática de uma forma melhor associada ao cenário nacional e com a presença da fala de um agente de fora do Executivo.

Já a questão da infraestrutura carente do sistema de Segurança Pública, por sua vez, é pautada de forma levemente “cômica” ao se noticiar o episódio do roubo de caixas eletrônicos na cidade de Miraíma, no interior do Ceará.

Os cinco homens desceram do carro, apontaram fuzis para a dupla [de policiais] e pediram: deitem-se no chão. Não foi difícil. Afinal, tinham dado de cara com um efetivo minguado, desfalcado (o terceiro plantonista estava de licença médica) e a pé, visto que havia quase 15 dias a viatura estava no conserto. “Nós deitamos, claro”, conta Árnou, já refeito do susto (Jornal O Povo, 12 abr. 2011).

Mais adiante, na matéria coordenada, intitulada “Estrutura precária para PMs”, relata-se a escassez de viaturas e de estrutura na delegacia do município, como a falta de luz, água, alimentação e de dependências adequadas para pernoite dos policiais. Sobre essas denúncias, o comandante-geral da Polícia Militar responde à reportagem esquivando-se das responsabilidades:

A par das condições, o comandante da PM no Ceará, coronel Werisleik Matias, reconhece: a estrutura é precária, mas, caso sejam perspicazes, os policiais poderão evitar outras tentativas de assalto. Ele cita estatísticas positivas na área de segurança: redução de 24,92% no número de homicídios no interior no primeiro trimestre de 2011, comparado ao mesmo período do ano passado. (Jornal O Povo, 12 de abr. 2011).

Há notícias que explicitamente assumem um caráter de divulgação das ações do governo do estado. É o caso da matéria “72 homens reforçarão segurança” (Jornal O Povo, 13 jul. 2011), que cumpre o papel de informar sobre a criação do Comando Tático Rural (Cotar) e tem como

única fonte o major responsável pelo treinamento daquela equipe. O mesmo ocorre na matéria “Acordo com militares está sendo cumprido, diz secretário” (Jornal O Povo, 24 mai. 2012). Esta notícia trata do pronunciamento do secretário da SSPDS durante a reunião dos chefes de inteligência policial do Nordeste e tem como foco – inclusive iniciando-se com aspas do gestor – a declaração do secretário e os compromissos que foram assumidos à época da greve dos policiais e bombeiros militares, realizada no começo daquele mesmo ano. Da mesma forma, a matéria “Gestores discutem ensino das academias” (Jornal O Povo, 20 nov. 2012) é constituída quase em sua totalidade por afirmações de Bezerra feitas durante o 1º Encontro de Gestores dos Órgãos de Ensino do Sistema de Segurança Pública do Nordeste:

Ainda na abertura do encontro, o secretário Francisco Bezerra reforçou declarações feitas ontem pelo governador Cid Gomes, que afirmou durante o encontro dos prefeitos do Ceará que 85% dos assassinatos ocorridos no Estado têm vinculação com o tráfico de drogas. “Ou são usuários, ou traficantes ou comerciantes, pequenos vendedores de drogas. É fundamental que a gente tenha políticas também nessa área”, pontuou Bezerra. (Jornal O Povo, 20 nov. 2012).

Curiosamente, o dado citado pelo secretário não tem a fonte revelada – e nem o repórter o questiona a veracidade ou o fundamento de tal informação. Nessa mesma notícia, há uma breve crítica elaborada pelo então vereador eleito, Capitão Wagner (PR) – opositorista a Cid Gomes –, que considera a proposta de unificação da formação dos agentes de segurança do Nordeste um “modelo perigoso”.

Ao abordar a conduta dos profissionais da Segurança Pública em uma reportagem que tem como título “31 agentes expulsos em dois meses” (Jornal O Povo, 2 mar. 2013), o jornal enfatiza o trabalho coordenado pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará (CGD), instituição criada em janeiro de 2011. Na abordagem conferida à matéria, o alto número de demissões se deveria ao bom trabalho de disciplinamento feito pelo órgão – as fontes são os dados de punições fornecidos pela própria CGD, e não a quantidade de desvios de conduta praticados pelos agentes. Em outras palavras, ainda que se utilize de falas de outros agentes sociais, o tom da matéria não deixa de enfatizar o caráter positivo da atuação da Controladoria.

A forma como o jornal O Povo aborda o tema da Segurança Pública revela-se, ademais, em reportagens que pautam a “escalada da violência”. Em 17 de março de 2013, O Povo publicou reportagem especial no caderno de Economia sobre “O Preço da Violência”. Na primeira



matéria, “Dinheiro que não dá resultado” (Figura 2), o jornal faz um paralelo entre a pasta de Segurança Pública e uma empresa privada:

Um negócio que ainda não deu o retorno esperado. Se a segurança pública fosse uma empresa, não haveria dúvidas que ela estaria à beira da falência. Apesar de acumular vultosos e crescentes investimentos, a tão esperada redução nos números da violência não são realidade (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

O POVO
FORTALEZA - CE, DOMINGO - 17 DE MARÇO DE 2014

Economia PÁGINA 33

ESPECIAL
O PREÇO DA VIOLÊNCIA

Governo do Estado] Dinheiro que não dá resultado

Nos últimos cinco anos, o orçamento do Ceará destinado à Segurança Pública mais que dobrou. No entanto, investimentos não conseguem barrar a escalada dos índices de violência

Marcelo Andrade
marceloandrade@opovo.com.br

R\$1,4
bilhão é o orçamento da segurança pública, neste ano, para o Ceará

Estrutura
De acordo com o governador, os próximos investimentos do Estado irão focar a área de inteligência. Segundo ele, o Ceará já conseguiu captar, por meio do Ministério da Justiça, recursos da ordem de R\$ 80 milhões para a construção de um novo prédio para a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Cioops). O projeto, que inclui uma central de inteligência, também expandirá o atendimento do telefone 190 e deve elevar o número de câmeras de vigilância na Capital segundo o governador. A previsão para o início da operação do novo equipamento é até a Copa do Mundo, em 2014.

“A gente tem desafios permanentes e contínuos que variam. Demandei isso com Dilma. Vamos investir cada vez mais em inteligência”, afirma Cid.

Segurança estava sucateada, afirma secretário
Mesmo sem resultados significativos na redução da criminalidade, os recursos destinados à segurança pública, conforme o titular da SSPDS, Coronel Francisco Bezerra, teve como fim a melhoria da estrutura das polícias cearenses. “O Governo herdou um sistema de segurança pública extremamente sucateado. As estruturas do sistema eram absolutamente precárias. Quando o governador assumiu, aqui em Fortaleza, eram 40 viaturas. Hoje, a média diária de viaturas em Fortaleza é 250 viaturas. O Governo investiu muito e hoje o sistema de segurança pública trabalha com uma estrutura conveniente para prestar o serviço”, justifica.

De acordo com o Coronel Bezerra, não é possível mensurar os resultados dos investimentos na área de segurança a partir das estatísticas resultantes de ocorrências policiais. “Infelizmente, a violência que persiste hoje, ela corre à parte do trabalho policial. A gente pode dizer que ela é fruto de uma série de fatores”. Ainda segundo o secretário, o homicídio está entre as ocorrências que mais tem demandando atenção da cúpula de segurança do Estado. Ele explica que, apesar de 900 pessoas terem sido apreendidas, no ano passado, acusadas pela autoria desse tipo de crime, é difícil para o Estado mantê-las presas. “Muitas vezes se inibe o crime, prende-se o criminoso, mas, infelizmente, as nossas leis permitem que esses infratores sejam colocados em liberdade. E essa pessoa vai transgredir novamente como 99,99% dos demais. Na ocorrência que teve no mercado São Sebastião, todos eles já tinham sido presos e estavam em liberdade”, afirma.

Quem paga a conta?

Custos arcados pelo Estado

1. Saúde
2. Seguridade social
3. Segurança pública
4. Justiça
5. Sistema carcerário
6. Medidas socioeducativas
7. Programas de prevenção ao crime
8. Despesas com autoproteção
9. Despesas com seguros

Custos arcados pelo setor privado

1. Perdas materiais
2. Custas processuais
3. Serviços médicos e terapêuticos
4. Perda de capital humano
5. Traumas psicológicos
6. Perda de patrimônio
7. Despesas com segurança privada e autoproteção
8. Medo do crime

Fonte: BCS

Figura 2 – Página de O Povo com a reportagem “Dinheiro que não dá resultado”

Fonte: Banco de Dados O Povo (2014).

Por mais que pareça adotar uma posição crítica, a matéria apenas repete um padrão testemunhado, de forma geral, na cobertura de O Povo, a saber, a preferência em reproduzir declarações do secretário ou do governador sem verificar números e estatísticas apresentados por eles. Para Cid Gomes, única fonte utilizada na reportagem além do secretário Francisco Bezerra, mais uma vez o tráfico é o causador da elevação das taxas de criminalidade, fenômeno que o governador considera regional, ou seja, para além da sua responsabilidade. Ressalte-se que não se trata de uma notícia factual, com pouco espaço de publicação, e sim de uma reportagem especial, capa do caderno de Economia.

Na avaliação do governador Cid Gomes, a elevação dos números relacionados à criminalidade se deve ao narcotráfico. “Entre 70% a 80% dos homicídios que são registrados têm relação com droga, que é um fenômeno novo e, no Nordeste, é mais novo ainda. Toda essa questão a um só tempo foi a responsável maior pela elevação dos índices de homicídios”, afirma Cid. (Jornal O Povo, 17 mar. 2013).

Citando números de diversas ordens, a reportagem segue sem interpretá-los e sem questionar a origem dos dados. Na matéria coordenada que acompanha o texto principal, Francisco Bezerra argumenta que a Segurança Pública saiu de um sistema “extremamente sucateado” (ignorando-se, portanto, que o titular do governo anterior era o próprio Cid Gomes) para um sistema “que trabalha com uma estrutura conveniente para prestar o serviço”.

Em “Cid promete redução de homicídios” (Jornal O Povo, 27 mar. 2013), o compromisso assumido pelo governador, mais uma vez, é o de “combate ao tráfico”. No espaço de uma notícia publicada por ocasião da formatura de uma turma de agentes da Polícia Civil, Cid reafirma que o maior causador dos altos índices de violência é o narcotráfico. Novamente, repete-se a “parceria” entre o que diz o governador e o que declara o secretário.

“A violência, nesse momento, não é um problema só da Polícia, é de toda a sociedade. Há muito por fazer”, afirma [Francisco Bezerra]. Ele frisa, entretanto, que não está “transferindo as responsabilidades” do combate aos homicídios, mas que “a violência como um todo ultrapassa os limites da Polícia”. (Jornal O Povo, 27 mar. 2013).

Já no início do segundo semestre de 2013, quase três anos depois de assumir a Secretaria de Segurança Pública, o coronel Bezerra foi substituído por decisão do governador. Se, ao assumir o comando da pasta, Bezerra havia afirmado que diminuir a quantidade de assassinatos no Ceará “não é um desafio impossível de ser realizado” (Jornal O Povo, 5 jan. 2011), o delegado da Polícia Federal Servilho Paiva, novo titular da SSPDS, ressaltou que “não tem milagre nem varinha de condão” e que “os resultados – tão cobrados – não virão de imediato” (Jornal O Povo, 10 set. 2013).

Aqui, percebe-se um diferencial na cobertura: dessa vez, a reportagem destaca a opinião de outros agentes sobre Servilho. Para o presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Ceará, Milton Castelo, ele seria “um profissional experiente”; já a coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará (Labvida-UECE), Glaucéria Mota Brasil, classifica o novo secretário como “a melhor escolha para o momento”. Legitimando a decisão do governador, portanto, são utilizadas menções que, mesmo não partindo de fontes oficiais do Poder Executivo, vão ao



encontro do que este defende. Interessante notar que, nesse mesmo dia, o jornal toma parte na divulgação do discurso de despedida do antigo gestor. Na opinião do coronel Francisco Bezerra, que estava deixando o cargo para concorrer às eleições, Cid Gomes é classificado como “o maior governador de todos os tempos”. Sobre sua própria gestão, Bezerra defende as medidas tomadas e volta a culpar o narcotráfico e o pouco rigor do Código Penal como responsável pelos altos índices de homicídios.

Conforme pode ser observado, a diretriz governamental de abordar a violência pela lente do combate ao crime é regularmente acompanhada pelo periódico em estudo, uma vez que as providências anunciadas pelas autoridades se resumem ao incremento da ação da polícia nas ruas. Em outras palavras, verifica-se a importância do Jornalismo ao circular signos e imagens que legitimam a postura de racionalidade do poder dominante (SODRÉ, 2006).

Em tempo, sublinhe-se que não é necessariamente inapropriado o jornal dar preferência a fontes do Executivo em sua cobertura. Afinal, é do governo estadual de onde partem as ações de gerenciamento do sistema de Segurança Pública. Ou seja, a lógica de produção jornalística exige que a versão das autoridades seja ouvida. Contudo, o fato de boa parte das notícias trazer apenas fontes oficiais ou se limitarem a reproduzir o que elas dizem é prova de que O Povo pouco se preocupou em fugir dos quadros interpretativos propostos pelos agentes públicos, corroborando a tese de que a “seleção de fontes de acordo com a valoração socialmente atribuída acaba criando uma sobre-representação daqueles que detêm posições institucionalizadas” (MIOLA, 2012, p. 123).

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O objetivo do artigo foi problematizar a relação existente entre Jornalismo impresso e Segurança Pública a fim de examinar os padrões de cobertura adotados pelo jornal O Povo. Segundo Lopes e Brasil (2008), as políticas públicas de segurança têm atraído atenção cada vez maior das agendas política e midiática, não obstante poucas pesquisas científicas se debruçarem sobre a interface aqui investigada.

Ainda que a Análise de Conteúdo tenha suas limitações – não sendo possível, somente a partir da materialidade do texto, dar conta integralmente da relação entre o jornal e as fontes –, é possível confirmar, a partir da verificação do conteúdo das matérias, que uma perspectiva favorável ao governo predomina nas páginas do periódico em tela. Isso porque boa parte dos

textos dá espaço às autoridades burocráticas de forma exclusiva, comprometendo, assim, o pluralismo e o caráter questionador que deveriam idealmente caracterizar a cobertura.

A seção empírica permitiu observar que, quando as vozes de outros agentes são utilizadas, a divergência se mostra apenas pontualmente. Na verdade, há ocasiões em que agentes externos ao governo têm suas vozes utilizadas para legitimar o discurso oficial (por exemplo, trazendo elogios ao nome do novo secretário escolhido em 2013; ou quando representantes de sindicatos concordaram com a nomeação do novo titular da SSPDS).

Nesse sentido, defende-se que privilegiar a versão das fontes oficiais acaba limitando o caráter de abordagem do tema, uma vez que as interpretações e problematizações acerca da realidade social disponíveis ao leitor obedecem a um mesmo conjunto de visões de mundo. Em termos práticos, reforça-se a ideia, por exemplo, de que o combate ao tráfico de drogas e de armas (questões pautadas pelos agentes governamentais) são prioridades. Além disso, define-se a atuação da pasta Segurança Pública somente a partir do número de homicídios e de programas direcionados ao policiamento ostensivo, deixando de lado questões paralelas, como o sistema penitenciário e a necessidade de avanços na investigação e na legislação.

Se, de acordo com Luiz Eduardo Soares, “o sentido de uma história depende do ponto a partir do qual começamos a relatá-la” (2011, p. 18), então o Jornalismo integra o processo de “construção da realidade” na medida em que oferece versões de um determinado acontecimento (ou mesmo, quando nem relata o que ocorreu, impedindo, assim, que o fato seja conhecido e percebido como problema público). Quando a contextualização dos problemas relacionados à Segurança Pública é escassa ou quando as autoridades não são pressionadas a responderem pelos seus atos ou pela falta de transparência na publicização de dados, o ponto de partida do relato fica comprometido.

Assim, permanece vigente a lógica apontada por Sólito (2010) de que temas ligados à segurança são utilizados como forma de legitimar os aparelhos repressivos. Nesse sentido, o Jornalismo, ao construir as imagens da realidade a partir de uma perspectiva de insegurança, pode colaborar para a legitimação de políticas repressivas (SODRÉ, 2006).

Tomando como referência Ramos e Paiva (2007), argumenta-se que a escassez de dados e de estatísticas sobre a situação da Segurança Pública pode contribuir para uma abordagem descontextualizada dos fatos. Nesse sentido, as autoras defendem que uma cobertura não superficial sobre o tema passa pela postura do jornal em denunciar, analisar, retratar, debater



e comparar os fatos abordados nas matérias,; analisar causas, soluções e consequências; diversificar opiniões e pontos de vista, bem como utilizar-se pesquisas, estatísticas e outras informações provenientes da sociedade civil (RAMOS; PAIVA, 2005).

Resta comprovada, então, a hipótese de que as fontes oficiais são privilegiadas na cobertura cotidiana de O Povo sobre Segurança Pública. Mesmo que boa parte da imprensa tenha se afastado dos padrões grotescos que marcaram programas televisivos e páginas de jornais sensacionalistas há até poucas décadas (promovendo uma reestilização da linguagem, redesenhando graficamente suas páginas e adotando cutela no uso de imagens “fortes”), ainda falta aprimorar o trabalho jornalístico no sentido de questionar as políticas da referida área.

Mencione-se, ademais, que, no caso aqui examinado, por se tratar de uma cobertura longitudinal (isto é, que considera diferentes anos, em uma perspectiva de médio prazo), não se aplica da mesma forma a pressão do tempo como um dos principais determinantes da qualidade do material produzido. Ou seja, de maneira contrária ao que ocorreu em casos de repercussão nacional (a exemplo do Ônibus 174, no ano 2000), quando os repórteres precisavam oferecer a maior quantidade de informações possível para vencer a concorrência na edição do dia seguinte, a abordagem sobre Segurança Pública nas páginas de O Povo acaba por revelar um padrão editorial.

A discussão sobre a mera reprodução de declarações oferecidas pelas fontes tem se aprofundado nos estudos e práticas concernentes ao Jornalismo no Brasil (RUBIM e COLLING, 2006; NASCIMENTO, 2010; MARTINO e SILVA, 2013). Isto é, verifica-se uma preocupação crescente com o fato de, muitas vezes, os profissionais se mostrarem satisfeitos em apenas em ouvir os diferentes lados do debate, sem questionar o que efetivamente foi dito. Este seria o principal problema diagnosticado na cobertura do jornal O Povo no que se refere à área de Segurança Pública e violência.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. (RAMOS E PAIVA, 2007, p. 25)

Claro que as autoridades devem ter voz nos relatos jornalísticos sobre Segurança

Pública. O problema é quando as fontes oficiais são as únicas consideradas. Outras editorias costumam elaborar um trabalho detalhado de levantamento e análise de dados, inclusive com o apoio cotidiano de especialistas que estão fora do setor governamental.

Em outras palavras, ao se voltar à prática do Jornalismo declaratório (isto é, baseado de forma quase que exclusiva em declarações e informações prestadas pelas fontes), O Povo pouco se dedica a apresentar ao leitor quadros que abordem a eficácia das ações do governo ou a verificar a veracidade dos números declarados pelos agentes – como a informação de que 70% a 80% dos homicídios registrados têm relação com narcotráfico. Para Kovach e Rosenstiel (2004, p. 77), a utilização de uma voz neutra pelo jornalista, sem uma disciplina de verificação dos fatos e dos dados, “cria um verniz que cobre algo oco”. Tambosi (2005, p. 36) reforça tal argumento ao dizer que:

“.. é justamente aqui que aparece a fragilidade epistemológica do jornalismo: nem sempre há como saber se as declarações das fontes são verdadeiras. Tais declarações, na imensa maioria das vezes, não têm caráter hipotético, como é peculiar às ciências, mas são apresentadas e tomadas simplesmente como fatos.”

A deontologia e a técnica jornalísticas exigem uma postura que vá além do mero relato das versões oferecidas por autoridades públicas. Ou seja, os agentes do campo do Jornalismo reivindicam para si a posição de representantes da sociedade e, com isso, sentem-se autorizados a cobrar as autoridades públicas sobre a eficácia das políticas por elas adotadas (ALBUQUERQUE, 2000; CLAYMAN, 2002; ERIKSSON; ÖSTMAN, 2013). De maneira contrária à normatividade do trabalho jornalístico, O Povo, na amostra aqui examinada, pouco se aprofundou no questionamento das versões das fontes, dos números por elas oferecidos e dos enquadramentos por elas formulados, permanecendo, assim, no terreno raso do senso comum e pouco contribuindo para elevar o nível de exigência da sociedade quanto à questão do combate à violência.

Deve-se observar, no entanto, que a prática do “Jornalismo declaratório” não está circunscrita ao periódico aqui examinado. Em diferentes oportunidades, os profissionais que ocuparam o cargo de ombudsman da Folha de S. Paulo, por exemplo, criticaram a mera reprodução de sentenças enunciadas pelas fontes. Em maio de 2014, no início da disputa pela Presidência da República, Vera Guimarães Martins apontou que o jornal abdicou de criar uma agenda própria, sem verificar em que medida as afirmações dos candidatos faziam



sentido ou correspondiam à verdade¹⁰. Em 2010, Suzana Singer atacou a mesma postura da Folha de meramente reproduzir aspás em muitos de seus títulos¹¹. É possível cogitar, no final das contas, que a referida prática se encontra culturalmente disseminada no Jornalismo brasileiro.

A cobertura sobre Segurança Pública feita pelo jornal aqui estudado aproxima-se do que Albuquerque (2000) apontou acerca do Jornalismo brasileiro: está mais interessado em ilustrar uma tese do que problematizar o tema abordado a partir de perspectivas conflitantes. Indo ao encontro do que propôs Zaluar (2010), acredita-se que o Jornalismo pode atuar na construção de formas de sociabilidade alternativas ao propor diferentes maneiras de pensar e de agir, seja por meio da análise rigorosa de dados oficiais seja por meio do oferecimento de espaço a visões de agentes, por exemplo, da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. *Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil*. Contracampo, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.

BARROS FILHO, C. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, E. Como a violência na TV alimenta a violência real (da polícia). *Revista USP*, São Paulo, v. 48, p. 68-73, 2001.

CARVALHO, R. V. A. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 22-42, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CLAYMAN, S. "Tribune of the People: maintaining the legitimacy of aggressive journalism". *Media, Culture and Society*, 24(2), pp. 197-216, 2002.

CHRISTOFOLETTI, R. *Ética no Jornalismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

¹⁰ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/veraguimaraesmartins/2014/05/1452567-incontinencia-declaratoria.shtml>. Acesso em 22 fev. 2016.

¹¹Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0509201001.htm>. Acesso em 22 fev. 2016.

CORREIA, J. C. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: I. F. CUNHA; A. CABRERA; J. P. SOUSA (Orgs.). *Pesquisa e Média em Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã, Portugal. 2012, p. 79-106. Disponível em <www.livroslabcom.ubi.pt>. Acesso em 24 out. 2015.

ERIKSSON, G.; ÖSTMAN, J. (2013). Cooperative or Adversarial? Journalists' Enactment of the Watchdog Function in Political News Production. In: *The International Journal of Press/Politics*. 18/3: 304-324.

FARAGO, C. C.; FOFONCA E. (2012). A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. *Revista Linguagem*. 18. Recuperado em 12 dez. 2012, In: <<http://www.educacaoetecnologia.org.br/?p=5487>>.

FAUSTO NETO, A. Mutações nos discursos jornalísticos: Da 'construção da realidade' à 'realidade da construção'. In: Felippi, A.; Soster, D.; Piccinin F. (Org.). *Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática*. 1ed.Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, v. 1, p. 46-63.

GOMES, W. *Transformações na era da comunicação de massa*. Paulus. São Paulo, 2004.

GUERRA, J. L. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: Gislene Silva; Marcos Paulo da Silva; Mário Luiz Fernandes. (Org.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 39-49.

INTERVOZES. *Violações de direitos na mídia brasileira*. Brasília: ANDI, 2015.

KARAM, F. J. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. Nova York, MacMillan. 1922.

MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. Jornalismo, Assessoria de Imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo. *Animus* (Santa Maria. Online), v. 13, p. 145-166, 2014.

MARTINO, L. M. S.; SILVA, L. R. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo na doutrina jornalística brasileira. *Revista Comunicação Midiática* (Online), v. 8, p. 13-29, 2013.

MELO, P. B. A pauta na capa: a mídia como porta-voz da cultura do medo. Um estudo sobre a revista Carta Capital. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 24, n. 2, p. 221-235, jul/dez. 2005.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-235, jun. 2012.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.



MIOLA, E. *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa*. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), v. 12, p. 121-137, 2015.

MONTE, C. Os governos Cid Gomes e o Legislativo cearense: alianças, emendas e oposição (2007-2014). *1º Seminário Internacional de Ciência Política*, Porto Alegre, 2015.

MORALES, L. P.; DIÓGENES, J. P. Narrativas do real: a construção social da violência urbana na mídia brasileira. In: *XXIX Congresso ALAS*, 2013, Santiago.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB, 2013.

NASCIMENTO, S. S. *Os Novos Escribas*. 1ª. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010. v. 1. 112p.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisas em Administração*, v. 1, n.3, 2o sem., 1996.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, p. 201 -211, 2004.

OLIVEN, R. *Violência e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010.

O POVO Online. *Flickr*. Disponível em: <<https://www.flickr.com/people/opovoonline/>>. Acesso em 24 out. 2015.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. *XXVI Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2002.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

_____. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 152-171, jul/dez. 2002.

RAMOS, S; PAIVA, A. Mídia e violência – Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. *Boletim de segurança e cidadania*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, dez. 2005.

_____. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. IUPERJ: Rio de Janeiro, 2007.

REVISTA Fale. *Cid Gomes*. Política. Disponível em: <<http://www.revistafale.com.br/fale68/cidgomes.html>>. Acesso em 24 out. 2015.

RUBIM, A. A.; COLLING, L. (2006) Política, cultura e a cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006. In: GOULART, J. O. (org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablumme.

SENA, U. B. et al. Análise da cobertura do jornal O Povo sobre a realidade da criança e do adolescente no semi-árido Cearense. *5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Braga, 2007.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), Florianópolis - SC, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados* (USP), v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOARES, L. E. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: NovaFronteira, 2011.

SODRÉ, M. *Sociedade, Mídia e Violência*. Sulina/EDIPUCRS: Porto Alegre, 2006.

SOUSA, E. B. L. Política de Segurança Pública no Ceará: algumas evidências. *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Maranhão, 2013.

SÓLIO, M. B. *Violência: um discurso que a mídia cala*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

TAMBOSI, O. Informação e conhecimento no jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), Florianópolis, v. 2 n°1, p. 31-38, 2005.

THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Estatísticas e Resultado da Eleição*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em 24 out.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1972.

_____. *Making news: A study in the Construction of Reality*. Free Press, 1978. 256 p., 2015.

WOLF, M. *Teorias das Comunicações de Massa*. 2 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2005.



WOLTON, D. *O elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.

O jornalismo e as fontes no processo de construção da realidade: um estudo da cobertura sobre segurança pública no jornal "O Povo" entre 2011 e 2013

Raíssa Benevides Veloso
Francisco Paulo Jamil Marques

Data de envio: 08 de março de 2016.

Data de aceite: 05 de julho de 2016.

